



# Prefeitura Municipal de Castro

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 67/2016

CÂMARA MUNICIPAL

Secretaria

Protocolado Sob Nº 313

Em 15 de 06 de 20 16

As 16,35hs. Ass: [Assinatura]

**SÚMULA:** Altera e acrescenta dispositivos da Lei Municipal nº 2.839/2014, definindo os parâmetros para a elaboração e implantação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

**Art. 1º.** A súmula da Lei Municipal nº 2.839/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: Cria os componentes do Município de Castro, Estado do Paraná, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.”

**Art. 2º.** O artigo 1º da Lei Municipal nº 2.839/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º.** Esta lei cria os componentes municipais do SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.273/2007 e o Decreto nº 7.272/2010, com o fim de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.”

**Art. 3º.** O artigo 4º da Lei Municipal nº 2.839/2014 passa a vigorar acrescido



# Prefeitura Municipal de Castro

## Estado do Paraná

do seguinte parágrafo único:

**“Parágrafo Único.** O Município de Castro, Estado do Paraná, deve empenhar-se na promoção da cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do Estado, contribuindo assim para a realização do direito humano à alimentação adequada.”

**Art. 4º.** A Lei Municipal nº 2.839/2014 passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 4º-A:

**“Art. 4º-A.** A segurança alimentar e nutricional abrange:

- I – A ampliação das condições de oferta acessível de alimentos por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;
- II – A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;
- III – A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
- IV – A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;
- V – A produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;



# Prefeitura Municipal de Castro

## Estado do Paraná

VI – A implementação de políticas públicas de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etnoculturais do Estado;

VII – A adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto à tolerância com maus hábitos alimentares, quanto à desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto à falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros.”

**Art. 5º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 13 de junho de 2016.

  
**REINALDO CARDOSO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# Prefeitura Municipal de Castro

Estado do Paraná

## JUSTIFICATIVA

**Ao projeto de lei que altera e acrescenta dispositivos da Lei Municipal nº 2.839/2014, definindo os parâmetros para a elaboração e implantação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).**

Senhores Vereadores,

O presente projeto retifica e acrescenta dispositivos na Lei Municipal nº 2.839/2014, que criou o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

O projeto tem como alicerce as orientações encaminhadas pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná, bem como a Lei Federal nº 11.346/2006, o Decreto nº 6.273/2007 e as leis estaduais nº 15.791/2008 e 16.565/2010.

Do cotejo da norma municipal, verificou-se a necessidade de sua adequação, a partir das considerações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, para que o Município de Castro possa integrar suas ações aos níveis estadual e federal.

Sendo assim, com o intuito de aprimorar as ações do Sisan Municipal, encaminha-se a presente proposição, esperando sua aprovação na forma em que se encontra.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 13 de junho de 2016.

  
**REINALDO CARDOSO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**